

FHC

- 9 ABR 1995

Surpresas na trajetória de Cardoso

■ Os primeiros cem dias deixaram claro que o governo precisa evitar rotas de colisão com o Congresso

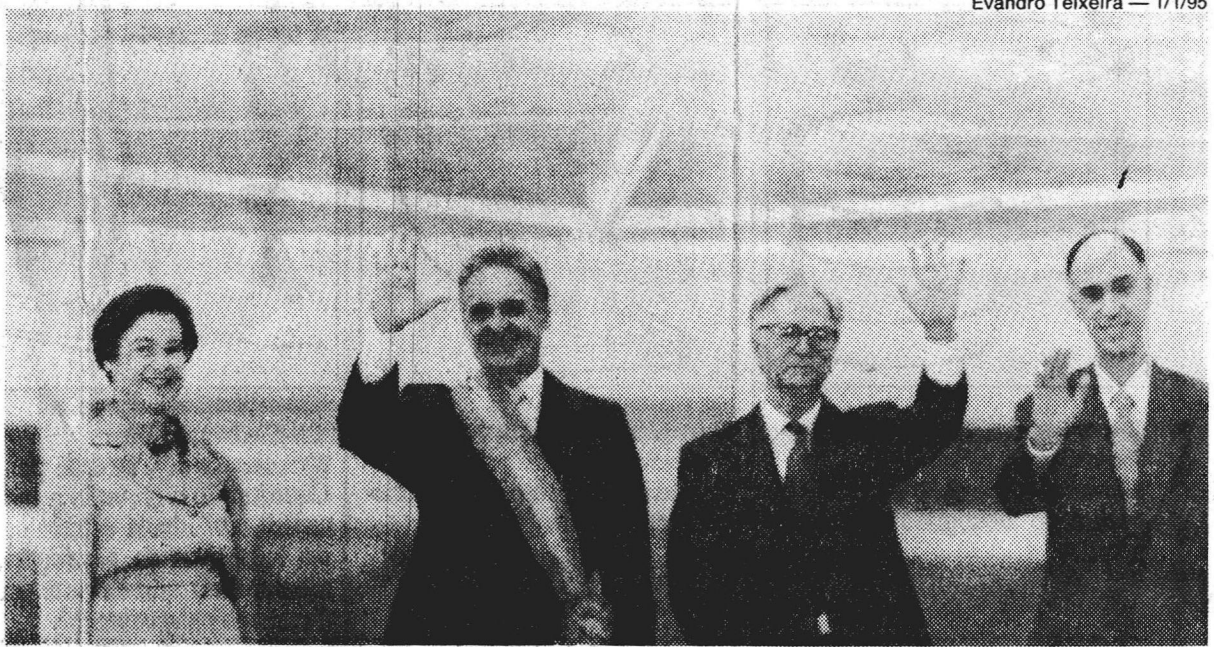
Evandro Teixeira — 1/1/95

OCTACÍLIO FREIRE E LU AIKO

A bússola política do Planalto em relação ao Congresso está desorientada. Em cem dias de poder, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi protagonista de um metabolismo perverso para quem foi eleito com a maioria absoluta de 34 milhões de votos: o apoio quase linear de bancadas governistas se transformou em horizonte de incertezas. Surpresas tornam-se rotina. Há consenso entre os próprios tucanos de que se não houver mudança de rumo, a nau governista seguirá em rota de colisão com o Congresso.



100 DIAS



Fernando Henrique chegou ao Palácio do Planalto com maioria absoluta, apoiada em 34 milhões de votos

“O problema é que o presidente está sendo traído por sua base parlamentar, que diz uma coisa no Planalto e faz outra no Congresso”, teoriza o ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira.

Mínimo — Sinais de rebelião branca ocorreram semana passada. Na véspera da votação da derubada ao veto da TR, os líderes haviam tentado aprovar, de surpresa, o projeto que fixa o salário mínimo em R\$ 100,00. De carona,

o projeto levava uma série de modificações na Previdência. O PFL, aliado desde a campanha do PSDB, avaliou que o projeto seria rejeitado. Seu líder na Câmara, Inocêncio Oliveira, propôs a retirada e o desmembramento do projeto para evitar vexame maior. “Foi uma tremenda mancada”, admitiu um dos líderes governistas.

Há erros de enfoque também. O caso da Previdência é um exemplo. Pesquisa recente do Vox Populi indica que 81% dos brasileiros rejeitam a reforma da Previdência. Ao insistir na polêmica, o

Planalto fornece combustível para que manifestações setoriais tenham ressonância na sociedade.

As mesmas ruas que projetaram o sociólogo Fernando Henrique Cardoso para a política, na década de 70. Caso congelasse a reforma da Previdência, dando prioridade às reformas fiscal e econômica (pesquisas indicam a simpatia da maioria da população por essas duas), a situação se reverteria.

Frentes — Manuais clássicos de guerra recomendam abrir uma frente de batalha de cada vez. O governo nesse primeiro trimestre

fez exatamente o contrário. O Planalto criou polêmicas com militares e servidores, Igreja (cobrança de impostos), aposentados, estudantes (novos exames ao fim do curso) e empresários.

O cacife do governo, apesar de avanços e recuos (como na política de importações) e da turbulência com o Congresso, ainda é grande. O Palácio do Planalto vem mantendo a estabilidade econômica do Plano Real, a taxa de desemprego despencou (em fevereiro, segundo o IBGE foi de 4,25%), e os índices de produção industrial são ascendentes.

ERROS E ACERTOS

CERTO

- A inflação continua baixa, sem que o governo tenha recorrido a medidas do tipo congelamento, controle de preços ou confisco de poupança.
- O governo não tem cedido a pressões fisiológicas para nomeações no segundo escalão.
- O governo conseguiu passar pelo Congresso as MPs que aumentam os salários do presidente da República, dos parlamentares e dos cargos de confiança do ministério;
- As 5 emendas da reforma constitucional da ordem econômica tramitam sem sobressaltos no Congresso;
- A arrecadação tem batido recordes e deverá somar US\$ 63,5 bilhões neste ano, com crescimento de 11,5% em relação a 1994.

ERRADO

- O anúncio da mudança da política cambial.
- Os déficits comerciais somam US\$ 1,385 bilhão.
- O Tesouro acumula saldo negativo de caixa da ordem de R\$ 2,3 bilhões;
- A base parlamentar não está consolidada;
- A MP que criou o Real até hoje não foi aprovada;
- A emenda de reforma da Previdência foi partida em quatro, coisa que o governo não desejava. O próprio PSDB está dividido quanto a apoiá-la. O tucano Régis de Oliveira (SP), relator da parte que trata da quebra do sigilo bancário, considerou a proposta inconstitucional. Assessores de Fernando Henrique já começam a espalhar que a aprovação da emenda não traria benefícios para os próximos quatro anos.
- A área econômica não consegue se entender quanto a uma proposta de reforma fiscal que, pelo cronograma inicial, já deveria estar no Congresso.
- O governo foi obrigado a mudar o texto da MP que exige avaliação dos alunos ao final dos cursos de Medicina, Direito e Engenharia. Eliminou a exigência de incluir a nota no currículo do aluno.
- O Congresso derrubou o veto presidencial que mantinha a TR para os financiamentos agrícolas, impondo um prejuízo de R\$ 2,5 bilhões ao Banco do Brasil.
- O governo foi obrigado a recuar na tentativa de aprovar o projeto de lei que modificava regras da Previdência.
- O governo recuou também na aprovação da MP que adiava o pagamento do funcionalismo público.
- O Conselho Político, que deveria ajudar a formular a política do governo, revelou-se um fracasso.